



ESTRUTURA DEPARTAMENTAL NAS UNIVERSIDADES PARTICULARES

Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Dentre as inúmeras reformas por que vem passando a organização das universidades, uma questão diz respeito à célula fundamental da reforma universitária do final da década de 60: a organização das universidades a partir de departamentos.

A estrutura departamental teve como objetivo entender o estudante não mais como um aluno de determinado curso, mas um aluno da universidade como um todo, para cuja formação vários departamentos participariam de forma autônoma, mas cooperativa. Para dar coerência ao modelo, foi introduzido o sistema de créditos, que permitia ao estudante montar seu currículo para adquirir o perfil profissional de sua escolha, utilizando-se de todo o potencial da universidade. Este modelo, de bastante sucesso nos EUA, exige alto grau de maturidade do aluno, grande organização acadêmica e forte poder de decisão acima dos departamentos, para manter a coerência do modelo pedagógico e o bom desempenho dos mesmos no fornecimento de cursos que não sejam de seu interesse imediato.

Um subproduto importante da organização departamental tinha a ver com a qualidade da pesquisa e o aperfeiçoamento científico dos quadros docentes. A organização anterior à reforma, em que as faculdades autônomas eram integralmente responsáveis pela formação profissional, que cobria desde as cadeiras básicas até as de mais alta especialização profissional de forma verticalizada e isolada, não estimulava o diálogo entre profissionais da mesma área. As faculdades tradicionais eram organizadas no regime de cátedras responsáveis pelas diferentes disciplinas. Havia, por exemplo, físicos nas escolas de engenharia, nas faculdades de filosofia, nas de geologia, e assim por diante.

Ao se acabar com a cátedra e com a autonomia das faculdades, introduzindo-se a integralização curricular interdepartamental, concentraram-se os professores de áreas de conhecimento afins em departamentos, gerando um ganho para as áreas básicas, antes espalhadas entre várias faculdades e que, a partir daí, agregaram-se num só local.

Se os professores melhoraram enquanto pesquisadores, o mesmo não se pode dizer da qualidade dos cursos profissionais oferecidos nem da integração multidisciplinar do conhecimento. Ambos aparentemente regrediram - e por razões óbvias.



Quebrou-se a integração vertical oferecida pelas faculdades profissionais para suas áreas básicas e corpo docente e perdeu-se o senso do dever em relação à formação do aluno, diluída entre os diferentes departamentos, ficando a responsabilidade do sucesso mais nas costas do aluno do que nas dos professores.

Se os departamentos apresentam estes problemas nas universidades de pesquisa, sua presença é ainda mais questionável numa universidade cujo objetivo principal é o ensino, como ocorre na maioria das instituições de ensino particulares do Brasil. Se a grande vantagem do departamento é a de colocar em contato professores de mesma especialidade para desenvolverem uma filosofia comum de ensino e pesquisa, em universidades onde a pesquisa é de importância qualitativamente menor e a agregação multidisciplinar é a forma mais eficiente de somar alguns talentos para a pesquisa, a estrutura departamental perde sua mais forte justificativa.

Para estas universidades, parece mais interessante, do ponto de vista estrutural: organizar o corpo docente em torno dos cursos e suas coordenações, para garantir a coerência indispensável à formação de profissionais, e organizar a pesquisa em outra instância, onde possa ocorrer a integração multidisciplinar, a otimização do uso equipamentos e a implantação de uma política de pesquisa compatível com o porte dos investimentos possíveis. Recentemente, em instituição que dirigirmos, optamos por agregar pesquisadores em torno de núcleos de pesquisas multidisciplinares, subordinados à Diretoria de Pesquisa e Pós-graduação, exigindo-se, no entanto, para garantir que os bons reflexos da pesquisa cheguem aos alunos de graduação, que os pesquisadores lecionem regularmente e os núcleos incluam necessariamente estudantes de graduação e de pós-graduação. No entanto, a mera extinção dos atuais departamentos não é necessariamente um ganho de qualidade a longo prazo.

Se a atual estrutura de curso, baseada na oferta de disciplinas oriundas dos diferentes departamentos, cada um representando uma área do conhecimento, não consegue dar consistência aos programas de ensino, a mera eliminação da estrutura departamental pode introduzir uma super ênfase na visão excessivamente profissionalizante que os coordenadores de curso muitas vezes têm.



Para fugir dos extremos, uma solução que também implantamos é a criação de coordenações das áreas básicas para substituir a figura dos departamentos. Para valorizar os especialistas nestas áreas na definição dos programas, na filosofia de ensino das disciplinas específicas e na contratação de professores, haveria uma coordenação de área básica por centro: Humanidade, Ciências e Tecnologia e Biomédicas. Com isto, espera-se manter a coerência pedagógica de cada curso, sem desbaratar esta mesma coerência nas matérias que compõem as disciplinas básicas de cada um.

Artigo publicado no Jornal do Mantenedor (São Paulo), Seção Canal Aberto, edição de 03/1998 e inserido no site em 02/2000.